

## 1. Memória descritiva do orçamento

Nos documentos previsionais para 2018 verifica-se um aumento de 3,7 % face ao ano anterior. O valor global do orçamento fixa-se em 18.975.930 €, de onde se destaca as aquisições de bens de capital com uma dotação orçamental de 5.576.021 € (29,4 % do total do orçamento).

Os documentos previsionais para 2018 refletem a estratégia delineada para o concelho, a qual, assenta as prioridades em 6 eixos estratégicos:

Eixo 1 – Regeneração Urbana – Consolidar uma cidade para as pessoas

Eixo 2 – Desenvolvimento económico, emprego e inovação

Eixo 3 – Coesão social e cidadania

Eixo 4 – Educação, cultura e juventude

Eixo 5 – Associativismo, desporto e vida saudável

Eixo 6 – Cidade sustentável e inteligente

Dos projetos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos destacam-se os que fazem parte do PEDU, como é o caso:

### - Remodelação/Modernização do Cine teatro S. João

Será aposta a remodelação e modernização do Cine teatro S. João, de modo a devolver a vida a este espaço que tanta falta faz ao concelho.

Esta empreitada foi adjudicada no final de 2017 pelo valor de 1.365.991,50 € e o seu início será em janeiro de 2018.

Prevê-se a substituição da cobertura (amianto), redes interiores, melhoria do isolamento acústico e térmico, equipamentos e a interação funcional com o espaço do edifício ao lado e a tardoz para gerar novas acessibilidades e valências como espaço cultural.

### - Construção de Ciclovia na Freguesia S. João Batista

Esta empreitada já se encontra em execução, tendo sido adjudicada por 513.570,19 €. Prevê-se que a conclusão ocorra no 1º trimestre de 2018.

Com este investimento é possível a requalificação de vários corredores urbanos existentes, a saber: Av. Dr. José Eduardo Victor das Neves, Largo José Duarte Coelho, Rua Martim de Freitas, troço coberto da Ribeira de Santa Catarina até à Rua Antero de Quental.

### - Requalificação dos Espaços Verdes

Adjudicada em 2017 pelo valor de 434.362,65 €, esta empreitada já se encontra em execução, estando a sua conclusão prevista para o 1º trimestre de 2018.

Este investimento visa a intervenção em diversos espaços verdes dentro da ARU 3 (Bairros Sociais), nomeadamente jardim da Rua José Afonso, Jardim da Rua Cidade Penafiel e Largo da Fraternidade. A intervenção será ao nível das zonas verdes, pavimentos, equipamentos, redes enterradas, drenagens, iluminação e sinalética.

**- Melhoria do Desempenho Energético do Município**

Trata-se de um investimento incluído dentro dos Investimentos Integrados (ITI) do Médio Tejo, o qual, já se encontra contratualizado.

Pressupõe a substituição das luminárias do concelho por tecnologia LED.

Estima-se que a despesa desta primeira fase do investimento se situe na ordem dos 515.670 € e que a execução decorra em 2018.

**- Reabilitação do Mercado Diário (Ambiental e Energética)**

O objetivo desta reabilitação é a melhoria da acessibilidade ao edifício, substituição de materiais (cobertura, pavimentos interiores, instalações sanitárias, redes interiores) e equipamentos (frio e iluminação) e revisão do “layout” visando a mobilização de novas valências de reforço às lojas existentes e a novas ações de regeneração do espaço.

Esta empreitada foi adjudicada pelo valor de 896.433,80 € e prevê-se o arranque da mesma em dezembro de 2017, tendo como prazo de execução 12 meses.

Pretende-se um espaço moderno e energeticamente eficiente e inteligente.

**- Requalificação da Estrada da Barroca**

Com este investimento pretende-se a requalificação funcional da via que serve a Zona Industrial desativada. Os trabalhos preveem a alteração do perfil transversal, interseção giratória, pavimentos, equipamentos, sinalética e iluminação. A intervenção corresponderá a 6.600 m<sup>2</sup>. De referir que este investimento será suportado a 100 % pelo Município.

O documento em apreço marca o início de um mandato autárquico e segue o caminho percorrido em anos anteriores, o qual, consiste no rigor e contenção da despesa para que se consiga criar oportunidades de investimento.

Entroncamento, 27 de novembro de 2017

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria

## 2. Cenário Macroeconómico para 2018

O cenário macroeconómico assenta num conjunto de hipóteses sobre a envolvente externa das quais se destacam as relacionadas com a evolução dos principais parceiros económicos de Portugal e com a evolução do preço do petróleo, das taxas de juro e das taxas de câmbio.

Para 2018 é esperada a continuação de um forte crescimento da procura externa (de bens) relevante para Portugal, em torno de 4%, ainda que em desaceleração. Esta evolução é explicada pelo abrandamento esperado da economia dos principais parceiros comerciais, com destaque para a Espanha, Alemanha, Reino Unido, EUA e Angola, que se deverá refletir no crescimento real das respetivas importações de bens.

A previsão para o preço do petróleo, com base em informação dos mercados de futuros, aponta para um aumento do preço desta matéria-prima em dólares e uma descida em euros, devido à prevista apreciação da taxa de câmbio efetiva nominal do euro para 2018.

A taxa de juro de curto prazo deverá permanecer num nível baixo, mantendo-se num valor negativo.

O dinamismo da economia portuguesa deverá prosseguir em 2018 com o **PIB a crescer 2,2%**, após um aumento esperado de 2,6% em 2017. Em ambos os anos a economia deverá crescer acima da média da área do euro, prolongando o processo de convergência real.

O **consumo privado continuará a aumentar**, acompanhando as perspetivas para as remunerações e rendimento disponível real, perspetivando-se uma estabilização da taxa de poupança. O investimento (FBCF) manter-se-á como a componente mais dinâmica da procura interna, refletindo o dinamismo do investimento empresarial e do investimento público. O consumo público estará em grande medida associado às dinâmicas do emprego público e da contenção do consumo intermédio, enquanto a evolução do respetivo deflator refletirá sobretudo o impacto das medidas previstas de descongelamento das carreiras na administração pública.

O **contributo da procura externa deverá ser nulo**, com a desaceleração das importações a ser compensada por uma desaceleração das exportações, que convergirão para o crescimento esperado da procura externa relevante. Assim, a balança comercial deverá melhorar (de 0,9% do PIB em 2017 para 1% em 2018), enquanto a **capacidade de financiamento deverá melhorar 0,2 p.p. face a 2017**.

A **evolução do mercado de trabalho** continuará a ser marcada por uma **descida do desemprego** e pelo aumento do emprego, a um ritmo naturalmente inferior ao de 2017, à medida que o desemprego se aproxima do nível de desemprego estrutural. Assim, espera-se um aumento do emprego de 0,9% enquanto a taxa de desemprego descerá para 8,6%, ou seja, uma evolução positiva da produtividade aparente do trabalho. Por outro lado, os desenvolvimentos do emprego deverão continuar a refletir a reafecção de recursos em favor dos sectores de bens transacionáveis e mais produtivos da economia.

A **inflação** medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) **deverá fixar-se nos 1,4% em 2018**, mais 0,2 p.p. do que em 2017, evolução que reflete o equilíbrio de pressões internas e externas. As pressões internas, no sentido ascendente, estão relacionadas com os desenvolvimentos esperados para as remunerações (descongelamento das carreiras na administração pública e aumento do salário mínimo), assim como com o progressivo aumento do hiato do produto que leva a um aumento das pressões inflacionistas na economia. Por outro lado, as pressões externas pendem sobretudo no sentido contrário e encontram-se ligadas às perspetivas de relativa estabilização dos preços das commodities nos mercados internacionais assim como à esperada apreciação do euro.

No seu conjunto, perspetiva-se uma progressiva melhoria dos desequilíbrios macroeconómicos quer internos, quer externos, da economia portuguesa.

**Quadro I.3.3. Cenário macroeconómico 2017-2018**  
(taxa de variação, %)

	2015	2016	2017 <sup>(e)</sup>	2018 <sup>(p)</sup>	2017 <sup>(e)</sup>	2018 <sup>(p)</sup>
	NE		OE 2018		PE 2017-2021	
<b>PIB e Componentes da Despesa</b> ( <i>Taxa de crescimento homólogo real, %</i> )						
<b>PIB</b>	1,8	1,5	2,6	2,2	1,8	1,9
Consumo Privado	2,3	2,1	2,2	1,9	1,6	1,6
Consumo Público	1,3	0,6	-0,2	-0,6	-1,0	-0,8
Investimento (FBCF)	5,8	1,6	7,7	5,9	4,8	5,1
Exportações de Bens e Serviços	6,1	4,1	8,3	5,4	4,5	4,5
Importações de Bens e Serviços	8,5	4,1	8,0	5,2	4,1	4,1
<b>Contributos para o crescimento do PIB</b> ( <i>pontos percentuais</i> )						
Procura Interna	2,8	1,6	2,7	2,2	1,7	1,8
Procura Externa Líquida	-1,1	-0,1	-0,1	0,0	0,1	0,1
<b>Evolução dos Preços</b>						
Deflador do PIB	2,0	1,4	1,3	1,4	1,4	1,5
IPC	0,5	0,6	1,2	1,4	1,6	1,7
<b>Evolução do Mercado de Trabalho</b>						
Emprego (Contas Nacionais)	1,4	1,6	2,7	0,9	1,3	1,0
Taxa de Desemprego (%)	12,4	11,1	9,2	8,6	9,9	9,3
Produtividade aparente do trabalho	0,4	-0,1	-0,1	1,2	0,5	0,8
<b>Saldo das Balanças Corrente e de Capital</b> ( <i>em % do PIB</i> )						
Capacidade/Necessidade líquida de financiamento face ao exterior	0,3	1,0	0,8	1,0	1,1	1,5
- Saldo da Balança Corrente	-0,9	0,1	-0,1	0,1	0,2	0,5
<i>da qual</i> Saldo da Balança de Bens e Serviços	0,6	0,9	0,9	1,0	1,2	1,4
- Saldo da Balança de Capital	1,2	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0

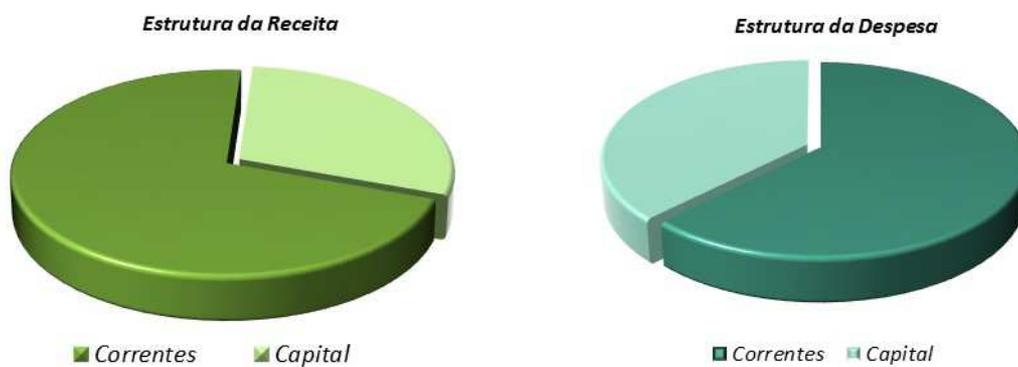
### 3. Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano

#### 3.1. Valor Global do Orçamento

O orçamento do município do Entroncamento para o ano de 2018 totaliza 18.975.930 € e tem a seguinte composição:

<i>Designação</i>	<i>Receitas</i>		<i>Despesas</i>	
	<i>Valor €</i>	<i>%</i>	<i>Valor €</i>	<i>%</i>
Correntes	13.400.113	71%	11.847.498	62%
Capital	5.575.817	29%	7.128.432	38%
<b>Total</b>	<b>18.975.930</b>	<b>100%</b>	<b>18.975.930</b>	<b>100%</b>

Representação Gráfica:



### 3.2. Evolução do saldo global

*Evolução do saldo global*

Descrição	Orçamento (€)		Variação	
	2017	2018	Valor (€)	%
Receita corrente	12.707.626	13.400.113	692.487	5,4%
Receita de capital (efetiva) (1)	4.057.269	4.146.257	88.988	2,2%
<b>Receita efetiva (1)</b>	<b>16.764.895</b>	<b>17.546.370</b>	<b>781.475</b>	<b>4,7%</b>
Despesa corrente	11.321.573	11.847.498	525.925	4,6%
Despesa de capital (efetiva) (2)	5.470.799	5.613.024	142.225	2,6%
<b>Despesa efetiva (2)</b>	<b>16.792.372</b>	<b>17.460.522</b>	<b>668.150</b>	<b>4,0%</b>
Saldo corrente	1.386.053	1.552.615	166.562	12,0%
Saldo de capital	-1.413.530	-1.466.767	-53.237	3,8%
<b>Saldo global</b>	<b>-27.477</b>	<b>85.848</b>	<b>113.325</b>	<b>-412,4%</b>

(1) - Não inclui ativos e passivos financeiros

(2) - Não inclui ativos e passivos financeiros

Relativamente ao ano anterior, assiste-se a um aumento da receita efetiva em 781.475 € (+4,7%) e da despesa efetiva em 668.150 € (+4,0%), o que se traduz num diferencial previsto de 113.325 €.

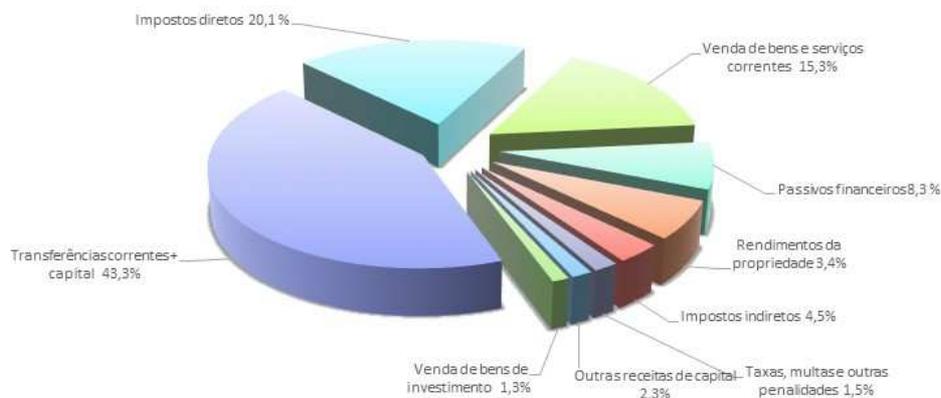
Existe de facto uma tentativa de aproximar o orçamento do município à realidade das suas efetivas capacidades financeiras.

### 3.3. Previsão das receitas

A receita municipal prevista para o ano de 2018 ascende a 18.975.930 € apresentando, em relação à receita orçamentada em 2017, um acréscimo de 3,7 %, ou seja, mais 684.575 €.

Rubricas	Previsão 2017		Previsão 2018		Evol. 2018/2017		Peso relativo	
	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%	2017	2018
01 Impostos diretos	3.670.915	20,1%	3.801.555	20,0%	130.640	3,6%	28,9%	28,4%
02 Impostos indiretos	814.779	4,5%	582.881	3,1%	-231.898	-28,5%	6,4%	4,3%
04 Taxas, multas e outras penalidades	266.770	1,5%	311.069	1,6%	44.299	16,6%	2,1%	2,3%
05 Rendimentos da propriedade	614.275	3,4%	1.178.158	6,2%	563.883	91,8%	4,8%	8,8%
06 Transferências correntes	4.521.315	24,7%	4.467.974	23,5%	-53.341	-1,2%	35,6%	33,3%
07 Venda de bens e serviços correntes	2.802.352	15,3%	3.008.588	15,9%	206.236	7,4%	22,1%	22,5%
08 Outras receitas correntes	17.220	0,1%	49.888	0,3%	32.668	189,7%	0,1%	0,4%
<b>Total de receita correntes</b>	<b>12.707.626</b>	<b>69,5%</b>	<b>13.400.113</b>	<b>70,6%</b>	<b>692.487</b>	<b>5,4%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
09 Venda de bens de investimento	237.659	1,3%	214.164	1,1%	-23.495	-9,9%	4,3%	3,8%
10 Transferências de capital	3.393.784	18,6%	3.670.224	19,3%	276.440	8,1%	60,8%	65,8%
12 Passivos financeiros	1.526.460	8,3%	1.429.560	7,5%	-96.900	-6,3%	27,3%	25,6%
13 Outras receitas de capital	425.825	2,3%	261.868	1,4%	-163.957	-38,5%	7,6%	4,7%
14 Repos. não abatidas nos pagamentos	1	0,0%	1	0,0%	0	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Total de receitas de capital</b>	<b>5.583.729</b>	<b>30,5%</b>	<b>5.575.817</b>	<b>29,4%</b>	<b>-7.912</b>	<b>-0,1%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Total de receitas</b>	<b>18.291.355</b>	<b>100,0%</b>	<b>18.975.930</b>	<b>100,0%</b>	<b>684.575</b>	<b>3,7%</b>		

O gráfico permite visualizar a previsão da distribuição das receitas por capítulos, onde se destacam, pelo seu volume as **Transferências correntes e de capital (42,9 %)**, seguidas de 3 rubricas que no seu conjunto representam 43,4% da previsão: **impostos diretos, venda de bens e serviços correntes e passivos financeiros**.



No que diz respeito às rubricas de impostos, taxas e tarifas, as mesmas foram inscritas com base no disposto na alínea a) do ponto 3.3.1 do POCAL na redação que lhe foi conferida pelo DL n.º 84-A/2002 de 5 de abril, isto é, não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração, excetuando-se as receitas novas ou atualização de impostos, taxas e tarifas, cuja deliberação já tenha sido tomada.

Veja-se de seguida, de forma detalhada, as diversas rubricas que compõem a receita:

### 01 – Impostos Diretos

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
010202	Imposto municipal sobre imóveis	2.562.848,00	67,42%
010203	Imposto único de circulação	426.848,00	11,23%
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	641.842,00	16,88%
010205	Derrama	170.014,00	4,47%
010207	Impostos abolidos		0,00%
01020701	Contribuição autárquica	1,00	0,00%
01020702	Imposto municipal de sisa	1,00	0,00%
01020703	Imposto municipal sobre veículos	1,00	0,00%
	<b>TOTAL "IMPOSTOS DIRETOS"</b>	<b>3.801.555,00</b>	<b>100,00%</b>

A maior verba desta rubrica provém do IMI, que foi calculado com base em elementos retirados dos ficheiros disponibilizados no Portal das Finanças com a referência cadastral de todos os prédios registados e aplicada a **taxa de 0,35 %**.

De referir ainda que o Município deliberou fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, **para o agregado familiar com 3 ou mais dependentes**.

Os restantes impostos foram calculados com base na média dos últimos 24 meses (regra previsional acima descrita) à exceção dos impostos abolidos cuja rubrica apenas ficou aberta acautelando entrada de receita referente a situações antigas.

**02 – Impostos Indiretos**

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
02020601	Mercados e feiras	12.944,00	2,22%
02020602	Loteamentos e obras	329.428,00	56,52%
02020603	Ocupação da via pública	199.613,00	34,25%
02020605	Publicidade	2.361,00	0,41%
02020699	Outros	38.535,00	6,61%
	<b>TOTAL "IMPOSTOS INDIRETOS"</b>	<b>582.881,00</b>	<b>100,00%</b>

“Impostos Indiretos” totaliza uma previsão de receita no valor de 582.881 €, sendo “loteamentos e obras” a rubrica com maior expressão, representando 56,52 %.

Para além da previsão através da média da receita cobrada nos últimos 24 meses, foram ainda consideradas as seguintes situações:

**Loteamentos e Obras** – Esta receita foi prevista tendo por base os processos existentes em aberto:

**Requerente:** Unimarket – Imobiliária Lda

**Local:** Avenida Villiers Sur Marne

**Previsão de receita:** 138.208,02 €

**Requerente:** Siuna

**Local:** Mário Viegas – Pinhal da Lameira

**Previsão de receita:** 82.589,41 €

**Requerente:** Nabão XXI

**Local:** Ferreira de Castro

**Previsão de receita:** 43.100,49 €

**Requerente:** Abílio Gonçalves

**Local:** Pinhal da Lameira (Rua Mário Viegas / Rua António Botto)

**Previsão de receita:** 5.056,72 €

**Requerente:** Tavares & Filhos

**Local:** Forno do Grilo

**Previsão de receita:** 16.763,66 €

**Requerente:** Jerónimos & Filhos

**Local:** Ferreira de Castro

**Previsão de receita:** 8.919,30 €

### Ocupação da Via Publica

Previsão de cobrança da ocupação da via publica por motivo de obras na Urbanização da Capela - Formigão, à firma Construções Rodrigues e Manuel Vieira, Lda.

Foi deliberado em reunião de câmara de 01 de julho de 2013 o pagamento de 190.516,35 € estando neste momento ainda em falta **171.638,50 €**.

### **04 – Taxas, Multas e Outras Penalidades**

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
<b>0401</b>	<b>Taxas</b>		
04012301	Mercados e feiras	170.201,00	54,71%
04012302	Loteamentos e obras	26.344,00	8,47%
04012303	Ocupação da via pública	8.123,00	2,61%
04012305	Caça, uso e porte de arma	15,00	0,00%
0401239999	Outras	24.438,00	7,86%
<b>0402</b>	<b>Multas e outras penalidades</b>		
040201	Juros de mora	78.523,00	25,24%
040202	Juros compensatórios	690,00	0,22%
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	1.098,00	0,35%
040299	Multas e penalidades diversas	1.637,00	0,53%
	<b>TOTAL "TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES"</b>	<b>311.069,00</b>	<b>100,00%</b>

A previsão efetuada nesta rubrica teve por base a média da receita cobrada nos últimos 24 meses. “Mercados e Feiras” assume-se como a receita com maior influência, representando 54,71 % do total da previsão.

A rubrica “**outros**” diz respeito a:

Comparticipação em Transportes Escolares, Alvarás de ruído, Cemitério, Certidões, Horários de Funcionamento, Renovação de Cartões, Autenticação de fotocópias entre outras.

**05 – Rendimentos de Propriedade**

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
0502	Juros-Sociedades financeiras		
050201	Bancos e outras instituições financeiras	10,00	0,00%
050703	Dividendos - Empresas Privadas	1,00	0,00%
050999	Participação nos Lucros de A. Publica	320,00	0,03%
0510	Rendas		
051001	Terrenos	7.917,00	0,67%
051005	Bens de dominio público	881.062,00	74,78%
051099	Outros	288.848,00	24,52%
	<b>TOTAL "RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE"</b>	<b>1.178.158,00</b>	<b>100,00%</b>

“**Rendimentos de Propriedade**” totaliza uma previsão de receita no valor de 1.178.158,00 €.

“**Terrenos**” diz respeito às rendas que o município recebe fruto das instalações de antenas de telecomunicações em terrenos do município.

“**Bens de domínio publico**” diz respeito às rendas devidas pelas Águas de Lisboa e Vale do Tejo (ALVT) integradas nesta entidade na sequência dos contratos de fornecimento de água e de recolha de efluentes assinados em 27 de outubro de 2009. Na clausula 8ª e 9ª respetivamente refere que “Nos termos do numero I da clausula 10ª do contrato de concessão, o Município arrendará à Sociedade as infraestruturas a integrar referidas no Anexo 3 ao presente contrato”.

As infraestruturas em causa são:

**Contrato de Abastecimento de Água**

- Reservatório Apoiado do Casal do Grilo
- Reservatório Elevado das Vaginhas
- Reservatório Elevado do Alto da Sobreira
- Furo AC-5
- Furo AC-6

**Contrato de Recolha de Efluentes**

- Estação Elevatória do Centro de Convívio
- Estação Elevatória “Existente”
- ETAR “Zona Industrial”
- ETAR Entroncamento

Apesar das infraestruturas acima referidas estarem desde 2009 sobre a responsabilidade das Águas do Centro SA (atual Águas do Vale do Tejo), ficou por definir a “compensação” financeira do município em relação a este arrendamento.

O valor que o município teria direito fruto deste arrendamento seria determinado através de uma valorização destas infraestruturas, a ser efetuado pela entidade concessionária. Este valor era calculado com base nos critérios estabelecidos no Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro, ou seja, ao valor da despesa inicial é calculada a sua depreciação pelo tempo de funcionamento da infraestrutura e posteriormente é aplicado o coeficiente de atualização da inflação acumulada desde a data de entrada em funcionamento até ao ano de aquisição (2009).

Fruto desta avaliação a concessionária apresentou uma primeira proposta em 28/06/2013 (anexo 1) que atribuía a estas infraestruturas um valor global de **529.443,36 €**, sendo 135.471,52 € em relação ao abastecimento de água e 393.971,84 € referente ao saneamento.

Esta avaliação foi rejeitada foram iniciadas negociações de modo a chegar a um justo valor.

O resultado final das negociações reflete-se no documento que consta nos anexos ao Orçamento, no qual é atribuído uma avaliação final global de **901.232,35 €**, sendo 294.162,71 € referente ao abastecimento de água e 607.069,64 € referente ao saneamento.

Esta proposta foi aprovada na reunião de câmara de 21 de janeiro de 2016 e pela Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016.

Sendo assim, o valor inscrito em sede de orçamento corresponde ao seguinte:

Rendas vencidas (2009 a 2017)	229.687
Antecipação de rendas	651.375
<b>Total</b>	<b>881.062</b>

Nota: Cláusula 2ª do acordo de transferência (anexos ao balanço)

**Este valor irá permitir:**

- Liquidar a dívida no valor de 319.599,80 € (referente a encargos com a ETAR no período em que não faturação), assumida em reunião de Câmara 17 de junho de 2013 e em reunião da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2013 (em anexo ao orçamento).
- Liquidar o acordo de pagamento de dívida referente ao abastecimento de água que de 2018 a 2019 representava um encargo de 99.805 €, poupando assim os juros inerentes ao mesmo.
- Liquidar a dívida ainda **não vencida** de Águas e Saneamento.

**06 – Transferências Correntes**

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
060102	Privadas	1,00	0,00%
060202	Companhias de seguros e fundos de pensões	34.100,00	0,76%
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.811.765,00	40,55%
06030102	Fundo Social Municipal	274.907,00	6,15%
06030103	Participação fixa no IRS	1.147.754,00	25,69%
06030199	Outras	995.880,00	22,29%
060306	Estado - Part. comunitária projetos co-financiados	178.082,00	3,99%
060604	Segurança Social - O. Transferências	25.485,00	0,57%
	<b>TOTAL "TRANSFERÊNCIAS CORRENTES"</b>	<b>4.467.974,00</b>	<b>100,00%</b>

“Outras” refere-se a transferências provenientes das seguintes entidades:

DESCRIÇÃO	PREVISÃO
<b>Instituto de Emprego e Formação Profissional</b>	
Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	10.800,00
Contratos de Emprego e Inserção (CEI / CEI+)	89.500,00
Estágios PEPAL	5.200,00
<b>Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária</b>	
<b>Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares</b>	
Acordo Pré-Escolar - Apoio à Família (Refeições + Prolongamentos)	124.000,00
Manutenção do Parque Escolar	20.000,00
Atividades de Enriquecimento Curricular	72.000,00
<b>Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira</b>	
Transferência de Competências - Pessoal Não Docente	660.450,00
<b>Departamento da Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo</b>	
Fundo Florestal	13.930,00
<b>TOTAL</b>	<b>995.880,00</b>

“Estado – Participação Comunitária”, diz respeito à participação nos seguintes projetos:

COMPONENTE	Valor 2018
<b>DESPESA CORRENTE</b>	
<b>CIMT 2020</b>	
Desmaterialização e Reengenharia de Processos	33.089
Programa de Animação do Património - Steampunk Fest (CIMT)	56.562
Projeto "Caminhos"	57.669
Carta Educativa	30.762
<b>Total Previsto</b>	<b>178.081</b>

No que diz respeito às transferências do Orçamento de Estado (FEF, IRS, FSM), totalizam 3.435.733,00 €. Face ao ano anterior verifica-se um aumento de 1,5 %, ou seja, 50.777 €.

DESIGNAÇÃO	2017	2018	Var.	
			Valor	%
<b>Transferências Correntes</b>				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.807.370,00	1.811.765,00	4.395,00	0,24%
Fundo Social Municipal	274.907,00	274.907,00	0,00	0,00%
Participação fixa no IRS	1.101.863,00	1.147.754,00	45.891,00	4,16%
<b>Transferências de Capital</b>				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	200.816,00	201.307,00	491,00	0,24%
<b>TOTAL "TRANSFERÊNCIAS OE"</b>	<b>3.384.956,00</b>	<b>3.435.733,00</b>	<b>50.777,00</b>	<b>1,50%</b>

**07 – Venda de Bens e Serviços Correntes**

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%	
07010802	Água	1.342.243,00	44,61%	83,96%
07020901	Saneamento	639.107,00	21,24%	
07020902	Resíduos sólidos	544.785,00	18,11%	
0702099903	Fornecimento de Refeições Escolares	122.715,00	4,08%	
0703	Rendas	99.189,00	3,30%	
0702090303	Transportes de pessoas e mercadorias	87.367,00	2,90%	
07020907	Parques de estacionamento	69.425,00	2,31%	
07020804	Serviços desportivos	53.613,00	1,78%	
0702099901	Prolongamento de Horários Escolares	19.618,00	0,65%	
0702080399	Serviços culturais	15.905,00	0,53%	
07011199	Outros produtos acabados e intermédios	3.416,00	0,11%	
07011099	Outros	2.952,00	0,10%	
07020904	Trabalhos por conta de particulares	2.739,00	0,09%	
07020906	Mercados e feiras	2.611,00	0,09%	
07029999	Outros	2.185,00	0,07%	
0702099904	Ligação de Ramais e Contratos de Água	596,00	0,02%	
070102	Livros e documentação técnica	93,00	0,00%	
07010899	Outras mercadorias	24,00	0,00%	
07010804	Inertes	1,00	0,00%	
07011001	Sucata	1,00	0,00%	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	1,00	0,00%	
070203	Vistorias e ensaios	1,00	0,00%	
07020905	Cemitérios	1,00	0,00%	
	<b>TOTAL "VENDA DE BENS E SERVIÇOS"</b>	<b>3.008.588,00</b>	<b>100,00%</b>	

Com a Venda de Bens e Serviços o município prevê arrecadar 3.008.588 €.

A receita com “Água”, “Saneamento” e “Resíduos Sólidos” representa 83,96 % das previsões efetuadas, ou seja, 2.526.135,00 €.

As previsões foram efetuadas com base na média da receita cobrada nos últimos 24 meses.

**08 – Outras Receitas Correntes**

Na rubrica “**outras receitas correntes**” o município prevê uma receita de 49.888 €.

A execução desta receita resulta dos patrocínios feitos por diversas entidades para as Festas da Cidade e outras receitas correntes que não tenham enquadramento nas rubricas anteriores.

### 09 – Vendas de Bens de Investimento

A previsão de receita para venda de bens e investimento é de 214.164 €.

A previsão é feita com base em:

- Média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses (artigo 83.º da Lei 42/2016 de 28 de dezembro – LOE 2017);

- Receita proveniente da alienação do Lote nº 4 sito na Rua Companhia Divisionária de Manutenção de Material (com área de 311 m<sup>2</sup>).

A alienação deste lote de terreno consta no contrato de empreitada da Requalificação Urbana da Praça Salgueiro Maia assinado entre o Município e a firma João Salvador Lda em 05/03/2008. No contrato era referido que uma das formas de pagamento da empreitada era o terreno acima referido, avaliado em 180.000 €.

Com a entrada em insolvência da firma João Salvador este processo ficou suspenso, contudo, tendo em conta que se encontra inserido no Plano Plurianual de Investimentos no **projeto 03.008 2014/22-7 – Requalificação Urbana – Praça da Republica e Monumento ao Trabalhador Ferroviário** uma dotação de 171.168 €, referente a faturação emitida e não paga e uma vez que o município só irá proceder ao pagamento através da alienação do terreno optou-se por colocar do lado da receita o valor equivalente ao terreno.

### 10 – Transferências de Capital

No que respeita às transferências de capital do Estado, o valor justifica-se em grande parte pelos Projectos Co-Financiados através do FEDER e DGEST, conforme demonstra mapas seguintes.

#### Cooperação técnica e financeira (contratos-programa):

Componente	Total
Pavilhão da Ruy Andrade	44.119,66

**Participação comunitária em projetos cofinanciados:**

COMPONENTE	Valor 2018
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	
<b>ITI</b>	<b>572.167</b>
Escola EB 2,3 Dr. Ruy D'Andrade - Recuperação Pavilhão (ITI)	53.917
Pavilhão Escola Dr. Ruy D'Andrade - Mobiliário	1.568
Pavilhão Escola Dr. Ruy D'Andrade - Material Didático	10.455
Pavilhão Escola Dr. Ruy D'Andrade - Material Informático	2.091
Melhoria do desempenho energético do município - Iluminação pública (ITI)	504.136
<b>PEDU</b>	<b>2.520.806</b>
Requalificação do Bairro Municipal da R.Gen.Humberto Delgado	1.906
Construção de 20 Hortas Municipais	4.250
Requalificação do Bairro Frederico Ulrich (Bairro e Via Estruturante)	17.000
Requalificação dos Espaços Verdes dos Bairros Sociais	17.000
Requalificação dos Espaços Verdes	307.113
Cine teatro S. João - Remodelação e Modernização	1.005.429
Requal. do Espaço Público - ARU 3 - Zona Envolvente à Escola das Tílias	123.646
Ciclovia - Freguesia de S. João Batista (PMUS)	306.452
Reabilitação do Mercado Diário (Ambiental e Energética)	738.011
<b>FUNDO AMBIENTAL</b>	<b>104.582</b>
Limpeza Urbana - Aquisição de Equipamento Elétrico	104.582
<b>CIMT 2020</b>	<b>227.242</b>
Aquisição de Scanner - Arquivo Municipal	6.375
Arquivo Digital	850
Storage (Sistema Centralizado de Armazenamento)	62.730
Projeto WiFi - Fase 1	45.000
Interaje - Aprendizagem Colaborativa	49.557
Experimenta + (Ciência Entroncamento)	62.730
<b>Total Previsto</b>	<b>3.424.797</b>

## 12 – Passivos Financeiros

A previsão de receita é de 1.429.560 €.

Diz respeito a:

- Empréstimo de curto prazo que servirá para gestão de tesouraria do Município. Este empréstimo não está neste momento a afetar o equilíbrio do Orçamento uma vez que a verba está contemplada do lado da receita e da despesa.

O empréstimo em questão será em modalidade de conta corrente, e será amortizado na sua totalidade até ao final de 2018.

Tendo em conta que a liquidação empréstimo em causa irá ser efetuado até final do ano, ou seja, é considerado como dívida flutuante, não está sujeito a Visto Prévio do Tribunal de Contas.

- Empréstimos contratados para investimento para fazer face às empreitadas da Ciclovía, Estrada da Barroca, Cineteatro, Espaços Verdes

## 13 – Outras receitas de capital

- Acionamento das seguintes garantias bancárias para correção de defeitos e loteamentos não concluídos.

Descrição	Valor
Alv. Lot. 1/07 - Terrena	17.941,00
Empreitada Escola Ruy Andrade	17.763,48
Alv. Lot. 06/95 - Tavares & Filhos	35.460,00
Alv. Lot. 03/06 - Casal Terceiros	11.507,88
Alv. Lot. 01/2004 - Manuel Barroso Tavares, Lda	10.195,00
Alvara nº3/2004 - Brális	169.000,00
<b>Total</b>	<b>261.867,36</b>

### 3.4. Dotação das despesas

A despesa prevista para o ano de 2018 ascende a 18.975.930 € apresentando, em relação à despesa orçamentada em 2017, um aumento de 3,7 %, ou seja, mais 684.575 €.

Rubricas	Dotação 2017		Dotação 2018		Evol. 2018/2017	
	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%
01 Despesas com o pessoal	5.286.586	28,9%	5.465.431	28,8%	178.845	3,4%
02 Aquisição de bens e serviços	5.214.620	28,5%	5.618.026	29,6%	403.406	7,7%
03 Juros e outros encargos	200.030	1,1%	137.700	0,7%	-62.330	-31,2%
04 Transferências correntes	460.953	2,5%	426.839	2,2%	-34.114	-7,4%
06 Outras despesas correntes	159.384	0,9%	199.502	1,1%	40.118	25,2%
<b>Total de despesas correntes</b>	<b>11.321.573</b>	<b>61,9%</b>	<b>11.847.498</b>	<b>62,4%</b>	<b>525.925</b>	<b>4,6%</b>
07 Aquisição de bens de capital	5.446.019	29,8%	5.576.021	29,4%	130.002	2,4%
08 Transferências de capital	24.780	0,1%	34.001	0,2%	9.221	37,2%
09 Ativos financeiros	70.908	0,4%	75.908	0,4%	5.000	0,0%
10 Passivos financeiros	1.428.075	7,8%	1.442.500	7,6%	14.425	1,0%
11 Outras despesas de capital	0	0,0%	2	0,0%	2	0,0%
<b>Total de despesas de capital</b>	<b>6.969.782</b>	<b>38,1%</b>	<b>7.128.432</b>	<b>37,6%</b>	<b>158.650</b>	<b>2,3%</b>
<b>Total de despesas</b>	<b>18.291.355</b>	<b>100,0%</b>	<b>18.975.930</b>	<b>100,0%</b>	<b>684.575</b>	<b>3,7%</b>

As despesas correntes representam 62,4 % do total do orçamento, ficando as despesas de capital com 37,6 %.

Com a rubrica “**Despesas com Pessoal**” o município prevê gastar 5.465.431 €, ou seja, mais 3,4 % do orçamentado no ano anterior.

“**Aquisições de Bens e Serviços**” representam 29,6 % do orçamento e registam um aumento de 403.406 € face ao ano anterior.

O quadro seguinte demonstra as principais rubricas quem compõem as Aquisições de Bens e Serviços.

Designação	Dotação
Outros serviços	1.607.265,00
Água	1.121.995,00
Consumo de Energia	592.957,00
Encargos das instalações	406.894,00
Alimentação-Refeições confeccionadas	225.736,00
Outros trabalhos especializados	195.986,00
Gasóleo	148.951,00
Outros bens	148.221,00
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	144.638,00
Gás	118.418,00
Comunicações	101.960,00
Encargos de cobrança de receitas	85.000,00
Conservação de bens	77.771,00
Seguros	58.725,00
<b>Total</b>	<b>5.034.517,00</b>
Total das ABS	5.618.026,00
%	<b>90%</b>

“**Juros e Outros Encargos**” refere-se aos juros de empréstimos de MLP, juros de locação financeira, juros de fornecedores e encargos bancários.

A previsão de despesa é no valor de 137.700 €.

“**Transferências Correntes**” a previsão de despesa é de 426.839 €. Refere-se principalmente a apoios dados às associações e a despesas com programas ocupacionais (pessoal do centro de emprego).

“**Outras Despesas Correntes**” prevê gastar 199.502 €.

Nesta rubrica são classificados as restituições, indemnizações e reembolsos que o município tem de fazer.

No que diz respeito às despesas de capital temos:

“**Aquisição de Bens de Capital (PPI)**”

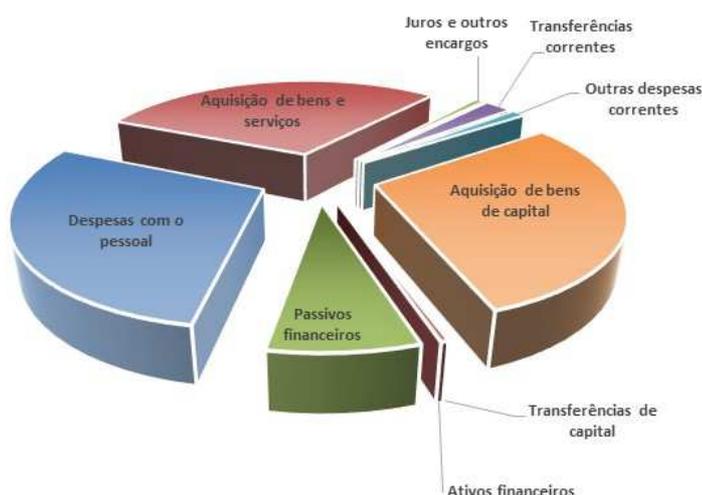
Será objeto de análise detalhada no ponto seguinte, já que tem correspondência com o Plano Plurianual de Investimentos.

“**Transferências de Capital**” prevê-se despesas no valor de 34.001 €. Está principalmente relacionado com os projetos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (ver detalhe no mapa das AMR).

“**Ativos Financeiros**” refere-se à comparticipação do Município na realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM). A contribuição do município para o FAM é de 496.358,86 € a ser efetuada em 7 anos, ou seja, irá afetar os orçamentos de 2015 a 2021.

“**Passivos Financeiros**” referem-se a amortizações de empréstimos de médio e longo prazos designadamente às amortizações quer do PAEL quer de empréstimos anteriormente contratados pelo município.

Dentro deste valor está incluído o empréstimo de curto prazo a contratar no início do ano (500.000 €). Este empréstimo está considerado pelo mesmo valor quer na despesa, quer na receita, ou seja, não influencia o equilíbrio do orçamento.



### 3.5. Grandes Opções do Plano (GOP)

As GOP, de horizonte móvel de 4 anos, constituem o elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia, a desenvolver para o ano a que se refere o orçamento.

São parte integrante deste documento:

O **PPI** – Plano Plurianual de Investimentos

As **AMR** – Atividades mais Relevantes

O PPI inclui todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Câmara Municipal e explicita a respetiva previsão de despesa, contemplando igualmente os ajustamentos resultantes das execuções anteriores.

O PPI apresenta valores dentro da linha de investimentos definida.

As AMR constituem um conjunto de atividades coordenadas, englobando um grupo de ações marcantes, de duração inferior a um ano, que regra geral se realizam e esgotam num exercício económico e que enquadrámos em despesas correntes e em despesas de capital, (na parte das transferências de capital - investimentos realizados por entidades diversas da Câmara).

<b>GOP</b>	<b>2018</b>
PPI - Plano Plurianual de Investimentos	5.579.021 €
AMR - Atividades Mais Relevantes	5.837.779 €
<b>TOTAL</b>	<b>11.416.800 €</b>

### 3.5.1 PPI – Plano Plurianual de Investimentos

Desenvolvendo o PPI com esta estrutura, obtivemos totais por objetivo e por programa que nos permitem ter uma visão setorial do que a Câmara tenciona realizar no período, em cada um desses setores.

DESIGNAÇÃO	POR	POR	% NO TOTAL
	PROGRAMA	OBJECTIVO	DE DOTAÇÕES
<b>OBJECTIVO 1 - FUNÇÕES GERAIS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>		<b>319.523</b>	<b>5,7%</b>
Programa 2 - Equipamentos e Serviços	319.522		5,7%
Programa 3 - Segurança e ordem pública /Proteção Civil	1		0,0%
<b>OBJECTIVO 2 - FUNÇÕES SOCIAIS</b>		<b>2.347.360</b>	<b>42,1%</b>
Programa 1 - Educação	229.768		4,1%
Programa 4 - Saneamento	88.641		1,6%
Programa 5 - Águas	32.000		0,6%
Programa 6 - Resíduos Sólidos	21.747		0,4%
Programa 7 - Coesão Social	65.596		1,2%
Programa 8 - Cemitério	6.002		0,1%
Programa 9 - Proteção do Meio Ambiente	406.663		7,3%
Programa 10 - Cultura	1.379.924		24,7%
Programa 11 - Desporto	117.019		2,1%
<b>OBJECTIVO 3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>		<b>2.909.138</b>	<b>52,2%</b>
Programa 1 - Industria e Energia	525.428		9,4%
Programa 2 - Ordenamento do Território	45.820		0,8%
Programa 3 - Rede Viária e Arruamentos Municipais	921.332		16,5%
Programa 4 - Transportes Rodoviários	491.956		8,8%
Programa 5 - Comercio	1		0,0%
Programa 6 - Mercados e Feiras	922.501		16,5%
Programa 7 - Turismo	2.100		0,0%
<b>TOTAL DO PPI</b>	<b>5.576.021</b>		<b>100,0%</b>

O Plano de Investimentos para o ano de 2018 totaliza 5.576.021 €, repartido em 3 objetivos e 18 programas.

Verifica-se que 42,1 % do investimento previsto é destinado às **funções sociais**, com destaque acentuado para o “Programa 10 – Cultura com 24,7 %, para o “Programa 9 – Proteção do Meio Ambiente” com 7,3 % e para o Programa 1 – Educação com 4,1 %. No mapa do PPI poderão ser vistos os projetos que constituem estes programas.

Nas **funções económicas**, a Câmara prevê investir 2.909.138 € o que representa 52,2 % do PPI. O programa com mais destaque é o “Programa 3 – Rede Viária e Arruamentos Municipais” e “Programa 6 – Mercados e Feiras” com um investimento global de 1.843.833 €.

As **funções de administração geral**, absorvem 5,7 % do investimento.

### 3.5.2 AMR – Atividades Mais Relevantes

Para 2018, totalizam 5.837.779 €.

DESIGNAÇÃO	POR	POR	% NO TOTAL
	PROGRAMA	OBJECTIVO	DE DOTAÇÕES
<b>OBJECTIVO 1 - FUNÇÕES GERAIS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>		<b>107.338</b>	<b>1,8%</b>
Programa 01 - Administração Geral	52.800		0,9%
Programa 02 - Equipamentos e Serviços	27.537		0,5%
Programa 03 - Segurança e Ordem Pública	27.001		0,5%
<b>OBJECTIVO 2 - FUNÇÕES SOCIAIS</b>		<b>3.341.709</b>	<b>57,2%</b>
Programa 01 - Educação	429.318		7,4%
Programa 02 - Saúde	750		0,0%
Programa 03 - Ação Social	96.479		1,7%
Programa 04 - Saneamento	871.110		14,9%
Programa 05 - Águas	1.121.995		19,2%
Programa 06 - Resíduos Sólidos	296.100		5,1%
Programa 07 - Coesão Social	1.000		0,0%
Programa 09 - Proteção do Meio Ambiente	69.770		1,2%
Programa 10 - Cultura	296.419		5,1%
Programa 11 - Desporto	88.923		1,5%
Programa 12 - Outras Atividades Cívicas	13.190		0,2%
Programa 13 - Protocolos	56.655		1,0%
<b>OBJECTIVO 3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>		<b>664.580</b>	<b>11,4%</b>
Programa 01 - Indústria e Energia	592.957		10,2%
Programa 04 - Transportes Rodoviários	1		0,0%
Programa 05 - Comércio	10.330		0,2%
Programa 06 - Mercados e Feiras	54.792		0,9%
Programa 07 - Turismo	6.500		0,1%
<b>OBJECTIVO 4 - OUTRAS FUNÇÕES</b>		<b>1.724.152</b>	<b>29,5%</b>
Programa 01 - Operações da dívida autárquica	1.535.600		26,3%
Programa 02 - Transferências entre administrações	183.552		3,1%
Programa 03 - Juventude	5.000		0,1%
<b>TOTAL</b>	<b>5.837.779</b>		<b>100,0%</b>

A área mais representativa é “**Funções Sociais**”, com as quais o município prevê gastar 3.341.709 € e representa 57,2 % do total das AMR, destacando-se:

**Programas: “04 - Saneamento / 05 – Água / 06 – Resíduos Sólidos “**

Estes 3 programas totalizam 2.289.205 € e representam 39,2 % do total das atividades mais relevantes.

**Programa 01 – “Educação” representa 7,4 %.**

Destaca-se neste programa o projeto “**Estudar na Cidade**” que se divide em aquisição de livros e material escolar num valor estimado em cerca de 15.000 €, num apoio complementar ao Pré-escolar no valor de 750 € (verba distribuída às salas de aula do Pré-escolar para a compra de material didático) e apoio escolar ao 2º e 3º ciclo no valor total de 32.610 €, que implica uma comparticipação de 30 € na compra de livros e material escolar por cada aluno matriculado neste nível de ensino.

**Programa 10 – “Cultura” representa 5,1 %**

Compõe-se essencialmente do apoio a atividades no âmbito cultural e desportivo e bem assim a associações e coletividades do concelho que desempenham a sua atividade nestes domínios e ainda de iniciativas promovidas pelo município.

O Objetivo 04 – Programa 01 diz respeito ao serviço da dívida, para o qual se estima a importância de 1.535.600 €. Incluem-se os encargos com juros e amortizações dos empréstimos que o município tem contratados (26,3%).

#### 4. Quadro Plurianual Municipal

Tendo em conta o art.º 44 da Lei 73/2013 de 03 de setembro o órgão executivo terá de apresentar ao órgão deliberativo municipal, em simultâneo com a proposta de orçamento municipal, uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental.

O quadro plurianual define os limites para a despesa do município, bem como para as projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento de Estado e as cobradas pelo município. Os limites são vinculativos para o ano seguinte ao exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes.

Tendo em conta o art.º 47.º da referida lei os elementos constantes do quadro plurianual são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da lei.

Neste contexto de omissão legislativa, que se verificou também em 2015, 2016 e 2017 atendendo à complexidade dos documentos envolvidos, à ausência de tipificação de documentos, bem como ao facto dos valores projetados para 2018 se tornarem vinculativos, entende-se não estarem criadas as condições legais para o cumprimento do artigo 44.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

Segue na folha seguinte a posição da ANMP acerca do assunto.



Exmo(a). Senhor(a)

Presidente da Câmara Municipal

N.º. Ref.º. CIR\_82/2016/AG

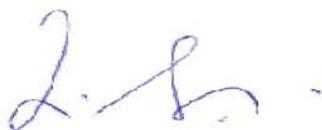
14.10.2016

**Assunto: Quadro plurianual municipal**

1. Têm vindo muitos Municípios, em especial da área da CCDR Norte, a contactar a ANMP em relação à elaboração do “Quadro Plurianual Municipal”, previsto no art.º. 44.º da LFL.
2. Nesta oportunidade, junto reenviamos a V.ª. Ex.ª. a n/ circ. 108/2014 de 01.10, que se mantém plenamente atual, dois anos depois.  
Todas as referências a 2015 e 2016, devem agora ser lidas como reportando-se a 2017 e 2018.
3. Aproveitamos ainda esta oportunidade, para alertar V.ª. Ex.ª. que, no caso de esse Município vir a aprovar algum documento que entenda adequado ao já referido art.º. 44.º da LFL, será prudente evitar previsões excessivamente rígidas, tendo em conta o expresso no n.º. 3 daquele mesmo artigo.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário-Geral da ANMP



Rui Solheiro



Exmo(a). Senhor(a)

Presidente

Nº. Refª. CIR\_108/2014/AG

Data: 01.10.2014

Assunto: **Quadro plurianual municipal**

1. São muitas dezenas os Municípios que têm vindo a contactar a ANMP, em relação à elaboração do **“Quadro Plurianual Municipal”**, previsto no artº. 44º. da Lei nº. 73/2013 (Lei de Finanças Locais – LFL).
2. O referido **“Quadro Plurianual Municipal”** carece da regulamentação estabelecida no artº. 47º. da mesma Lei, o qual dispõe que **“Os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei”**.  
O decreto-lei a que se refere o artº. 47º. **deveria pois ter sido aprovado até 3 de janeiro de 2014**, sendo que, mesmo que fosse publicado nos próximos dias, não permitiria a sua aplicação pelos Municípios no processo de preparação dos documentos previsionais para 2015, em curso.
3. Acresce que, nos termos do nº. 3 do artº. 47º. da LFL, **“os limites (a que se refere o nº. 2 do mesmo artigo) são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento.”**  
Ora **não podem os Municípios** correr o risco **de aprovar documentos vinculativos para 2016 cuja regulamentação não existe**.  
Por outro lado, a não tipificação de documentos com o conteúdo dos que estão em causa, impedirá a realização de quaisquer análises integradas e sujeitam os Municípios à posterior verificação discricionária do Tribunal de Contas, com os resultados desastrosos que são conhecidos pelos mesmos.
4. Assim, a ANMP entende não estarem criadas as condições legais para o cumprimento do artº. 44 da lei nº. 73/2013, por omissão legislativa do Governo desde 3 de janeiro de 2014.  
A ANMP considera que o planeamento plurianual não poderá ter quaisquer consequências vinculativas para 2016, independentemente do carácter voluntário de qualquer exercício que os Municípios entendam desenvolver, no âmbito do respetivo processo de planeamento.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário-Geral da ANMP

Rui Solheiro

## 5. Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)

Na sequência da aprovação do Decreto-lei nº 192/2015 de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública, o qual entra em vigor em 01 de janeiro de 2018, os Municípios tinham a dúvida se o presente Orçamento era preparado com base no POCAL (que será revogado com a entrada do SNC-AP) ou era feito utilizando os novos classificadores da receita e da despesa aprovados pelo SNC-AP.

Em relação a esta dúvida a DGAL esclareceu que o Orçamento de 2018 era preparado e aprovado em **base POCAL** e que em 2018 iria haver a conversão do Orçamento 2018 para o SNC (documento abaixo).



### Nota Explicativa

#### Elaboração e aprovação de documentos previsionais 2018. Referencial contabilístico

Atento ao disposto no n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, o qual preconiza que, nos casos em que as eleições para o órgão executivo municipal ocorram entre 30 de julho e 15 de dezembro, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte é apresentada no prazo de três meses a contar da data da respetiva tomada de posse, tornou-se relevante aferir qual a metodologia a adotar pelas entidades na elaboração dos seus documentos previsionais, uma vez que decorrente da situação supra exposta, algumas autarquias locais poderão aprovar os seus orçamentos municipais já em 2018, ou seja, na vigência do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Nesse sentido, foi remetida a questão à Comissão de Normalização Contabilística (CNC), a qual exarou o seguinte entendimento:

*“(…) o orçamento das entidades autárquicas para 2018, a elaborar em 2017, ainda será preparado de acordo com o modelo do POCAL, havendo depois, a partir de 1/1/2018, um ajustamento em sede de execução, para os modelos de relato previstos no SNC-AP.*

*No que concerne aos documentos previsionais que, fruto do processo eleitoral ocorrido no passado dia 01 de outubro, poderão vir a ser aprovados apenas em 2018, considera-se que os mesmos traduzirão, em substância, uma revisão aos documentos previsionais em vigor, já que, em caso de não aprovação em 2017, a 1 de janeiro de 2018 vigorarão os documentos previsionais existentes à data de 31-12-2017, pelo que os mesmos serão sempre, em qualquer caso, os previstos no POCAL. Assim sendo, considerando que se trata do primeiro ano de implementação do SNC-AP e que os documentos previsionais e obrigações deverão ser iguais para todas as entidades de um mesmo subsector, considera-se que os documentos previsionais a aprovar em 2018, deverão ser os documentos previsionais previstos no POCAL, que tenham sido aprovados em 2017.”*

Nesta sequência, e aprovado o Orçamento Municipal de 2018 em POCAL, pelos órgãos competentes, pese embora tenha que existir um ajustamento, a 1/1/2018, o mesmo deve ocorrer em sede de execução, ou seja, entende-se que o orçamento deverá ser elaborado em POCAL e apenas em sede de execução é que se adotará o SNC-AP. Assim, entende-se que, independentemente do momento em que a aprovação dos documentos previsionais tenha ocorrido, os mesmos não terão que ser novamente submetidos à Assembleia Municipal para aprovação, uma vez que se trata de uma mera conversão técnica, podendo, no entanto, ir para conhecimento.

DGAL, outubro de 2017

Entroncamento, 27 de novembro de 2017

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria